

LULA LIVRE!

Tirem as mãos do PT



Em seu depoimento de 14 de novembro Lula, preso político, declarou com razão:

“Vocês até já conseguiram me tirar do processo eleitoral. Porque sabiam que se eu fosse candidato, eu ganhava no primeiro turno as eleições. A primeira coisa foi me condenar de forma apressada para me tirar.”

Luta de Classe

Não mexam
na previdência
pág. 7

Nacional

Bolsonaro
faz mal à saúde
pág. 8

Nacional

Os militares tramaram
contra Lula
pág. 9

Internacional

Revolta popular
no Haiti
pág. 11

Desafios da Juventude do PT

Seminário nacional da JPT ocorre no início de dezembro, em Brasília

O Trabalho ouviu Sarah Lindalva, membro da Executiva Nacional da JPT e do Conselho Nacional da Juventude Revolução do PT.

Setores importantes da juventude entraram na campanha do PT nas eleições, como vê isso?

Esses setores que entraram na campanha mostraram a compreensão do que estava em jogo e o que fazer para resistir. Para enfrentar a política de destruição dos direitos aprofundada pelo golpe, os jovens se lançaram na campanha da candidatura do PT. Nos primeiros dias, logo após o 2º turno, ocorreram nas universidades atividades ou assembleias que reuniram centenas de estudantes que declaravam o voto 13 para defender o ensino público.

Como vê, com o novo governo, a continuidade da resistência da juventude?

Após a derrota do PT, eu fiquei positivamente surpresa com a reação dos jovens. Vários anunciaram que queriam se filiar no partido, se organizar e ser resistência. Esses jovens querem batalhar pelo seu futuro.

Querem salvar suas escolas e universidades atacadas pelo desmonte orçamentário com a EC 95, ataque à autonomia universitária, com a retirada de conteúdos pela reforma do ensino médio e lei da mordaza. Querem empregos e vida digna, não o genocídio da juventude negra.

É preciso organizar essa disposição em todos os níveis, nos bairros, nas escolas e universidades, a UNE e a UBES numa campanha de fortalecimento das entidades de base. A Juventude do PT também precisa ocupar um lugar, ter uma política aos novos filiados petistas.

Qual sua opinião sobre a questão das lutas “identitárias”?

A medida que participo dos espaços que supostamente serviriam para organizar as “lutas setoriais” percebo que serve mais para nos dividir no interior da classe trabalhadora, abrir mão das nossas reivindicações e até nos aliar com nossos inimigos.

Um exemplo recente foi o des-serviço do “EleNão” que esvaziou de reivindicações as manifestações permitindo nos juntar com eleitor de Alckmin que defende a reforma da previdência que vai atingir em cheio

as mulheres.

As mesmas feministas que, equivocadamente, acham que essa mobilização ajudou Haddad a ir ao 2º turno, são as mesmas que comemoram a derrota eleitoral de candidatos homens do PT, só porque são homens. Trata-se na prática, de uma oposição de gênero que favorece a destruição do partido.

Qual sua expectativa para o seminário da Juventude do PT?

A iniciativa do seminário diante da situação que se abre é positiva. Os desdobramentos da situação que têm relação com o que fará o PT daqui em diante, ou seja, qual será a política do partido. O que de fato garantiu que o Haddad chegasse ao 2º turno foi o partido ter mantido até onde era possível o Lula como candidato enfrentando as instituições, logo, não ter aceitado a pressão da conciliação que na prática era “fazer o balanço e admitir a culpa”. Inclusive, foi isso



Sarah Lindalva

atraiu os jovens para a campanha. O PT precisa avançar no balanço das eleições que tem relação direta com o balanço dos governos e a política de alianças. Em fevereiro, as entidades nacionais dos estudantes (UNE, UBES e ANPG) se reunirão. Acho que o seminário prepara nossa intervenção como petistas nesta atividade. Por exemplo, batalhar para que as entidades abracem a campanha por Lula Livre e a luta em defesa da democracia e dos direitos. Por último, acho que o seminário deve ajudar a organizar campanhas de filiação na juventude e organização nas escolas, universidades, locais de trabalho e bairros.

Vitória petista na USP

Chapa reeleita para o DCE Livre é majoritariamente composta por militantes do PT

No início de novembro houve eleições para o DCE Livre da USP. A chapa Nossa Voz (Juventude do PT, Levante e UJS) foi reeleita com 4811 votos. As outras chapas, “Transformar o medo em Luta” (PSOL, PCB, PPL) obteve 2627 votos, Rebeldia (PSTU) 261 votos e “Uma Flor Rasgou a Rua” (MRT) 218 votos.

Foi reeleita a chapa dirigida majoritariamente pelo Balaio, núcleo de petistas da USP, do qual faz parte a Juventude Revolução do PT. É a segunda vitória consecutiva do grupo depois de 10 anos de hegemonia do PSOL à frente do DCE. Pela primeira vez depois de muitos anos estudantes de direita organizados não conseguiram lançar chapa.

Em fins de 2017 Nossa Voz prometia recuperar o DCE da USP para a luta intransigente em defesa da democracia e dos direitos dos estudantes, e cumpriu. Atravessando um período turbulento, o DCE se fez presente nas principais lutas dos estudantes e trabalhadores do período.

O DCE se posicionou firmemente contra a perseguição a Lula e esteve presente naqueles dias históricos em São Bernardo de resistência a prisão arbitrária do ex-presidente. Uma luta

que deverá prosseguir agora através da campanha por Lula Livre.

Em meios as eleições presidenciais, conscientes do que estava em jogo, depois de ampla consulta aos estudantes e assembleias, o DCE também tomou posição pelo voto 13 no 2º turno.

A gestão Nossa Voz ainda ficou marcada pela defesa do Hospital Universitário que vem sendo sucateado e pela conquista da ampliação de verbas para assistência estudantil.

O desafio agora será conduzir uma gestão que enfrentará os governos Dória e Bolsonaro que preparam atacar a autonomia universitária e a própria existência das universidades públicas.

Derrota da direita na Engenharia

Após as eleições para o DCE ocorreu a eleição do Grêmio da escola Politécnica, que organiza os estudantes de engenharia, de variados cursos. Com 1615 votos a chapa Mandacaru, organizada por diversos estudantes, muitos identificados com a atual gestão do DCE, derrotou a chapa AtuaPoli (1099 votos), cujo grupo, até com membros do MBL, estava há muitos anos à frente do Grêmio.

Para Jonatas Ferreira, o Jeffinho, estudante de Elétrica, militante da JR do PT e do Balaio e membro da chapa vencedora, a vitória de Man-

dacaru permite “retomar o grêmio para as lutas gerais dos estudantes, pelos nossos direitos e a democracia”.

Luã Cupolillo

PETISTAS RECUPERAM OUTROS DCEs

Além da vitória para o DCE da PUC Minas, na qual a chapa petista derrotou a UJS, militantes petistas obtiveram expressiva vitória no DCE da UFJF (federal de Juiz de Fora). Com 2010 votos a chapa “Todo mundo no DCE” (PT, Levante e UJS), da qual faz parte militantes da Juventude Revolução do PT, derrotou a atual gestão cuja chapa “Linha de Frente” (PCB/PCR) obteve apenas 605 votos.



PARINTINS, AM - Estudantes da Universidade Federal do Amazonas, campus de Parintins, em 19 de novembro ocuparam a Residência Universitária, que deveria ser inaugurada em outubro, mas seguia fechada. Depois de quatro dias de ocupação, sem chave dos quartos, dormindo nos corredores da Residência, enfrentando sol e chuva, eles ocuparam a Direção da Universidade. A determinação dos estudantes obrigou a direção a ceder. No dia 22 de novembro a Residência Universitária foi entregue aos alunos.

Em defesa de Lula, do PT e da nação

As coisas se ligam. No circo de horrores que se monta no futuro governo de Bolsonaro há uma pedra no meio do caminho: o PT e sua principal liderança, Lula, para lutar contra o desastre que se anuncia para a maioria oprimida do povo e para a nação. Por isso, depois das eleições o bombardeio contra PT se intensificou.

Um governo cujo chanceler designado diz que Trump é o deus que vai salvar o ocidente. Um presidente que bateu continência à bandeira dos EUA e cujo filho vai a Washington, em nome do pai eleito, e sai em fotos com boné de campanha de Trump 2020!

Um presidente eleito que foi parabenizado pelo Conselho Nacional de Segurança dos EUA por ter provocado a saída dos médicos cubanos do Brasil, colocando em risco a saúde de 30 milhões de brasileiros. Um governo que coloca na Saúde um ministro ligado aos grupos privados de saúde; na Educação um obscurantista que diz ser preciso banir da educação a "doutrinação de índole cientificista".

Mas sobretudo, um governo - apoiado no Judiciário, com o superministério da Justiça de Moro, entregue à Polícia Federal, e nos militares, já são meia dúzia os generais designados para o alto escalão - que se desenha como uma agência imperialista de Trump. Apoiado no Judiciário e no aparato militar,

um governo que pretende, com Paulo Guedes na Economia, entregar o país à voracidade do capital financeiro. Este governo sabe que tem uma pedra no meio do caminho.

A classe trabalhadora brasileira tem suas organizações, em que pesem as dificuldades, para lutar em defesa de seus direitos e com elas buscarão resistir. E tão ou mais vigorosa será a resistência contando com a principal ferramenta política construída pelos trabalhadores para lutar pelos seus interesses, o PT.

ATAQUES AO PARTIDO VISAM ANULAR A RESISTÊNCIA AO NOVO GOVERNO

Os desafios não são poucos diante dos ataques que anunciam os "Trumps boys".

Os desafios não são poucos, mas o PT tem as condições de ocupar o lugar maior na condução da resistência. Defender os direitos, como a previdência, que será o alvo de ataque no início do próximo ano. Levar o combate em defesa da educação pública que está sendo destruída. Não arredar pé na defesa da democracia e levantar a campanha Lula Livre com toda força.

Na condução dessas lutas, erros do passado devem ficar no passado, não podem se

repetir.

Dois dos generais que integrarão o governo Bolsonaro, foram comandantes das tropas brasileiras, enviadas em 2004 ao Haiti para chefiar as tropas de ocupação da ONU, por decisão do imperialismo dos EUA. Ocupação à qual resistiu o povo haitiano e cujo fim era exigência de uma forte campanha no Brasil e em nível internacional. Estará também no novo governo Joaquim Levy, ex-ministro do segundo governo Dilma, que promoveu o maior choque com a base operária do PT, levando à uma forte mobilização dos trabalhadores com seus sindicatos.

Em tempos difíceis para os trabalhadores, no Brasil e no mundo, não há conciliação possível com os algozes imperialistas e seus ventríloquos locais. A política de alianças dos governos petistas, decorrentes da adaptação às instituições que subjugam o país ao capital financeiro, deve ficar para trás.

São lições necessárias a se tirar, até para o PT se colocar à altura da tarefa que ele está chamado a cumprir e pode cumprir.

Com esta disposição, com o Diálogo e Ação Petista, chamamos a discussão no partido, convidando os grupos de base do DAP a se reunir, discutir e se preparar para ajudar a resistência do povo, que integra a defesa incondicional do PT, a começar pela luta da libertação de Lula.

CAMPANHA FINANCEIRA

Contribua adquirindo seu calendário 2019!

Até a sexta semana de arrecadação, temos mais de um terço do objetivo cumprido e já foram vendidos mais de mil calendários de 2019. Além de militantes do movimento sindical, popular, da juventude e do PT, entidades e organizações de trabalhadores têm comprando lotes. Jovens têm organizado rifas e outras formas criativas de arrecadação. Quando calendário é oferecido, praticamente ninguém se recusa dar uma colaboração.

Estamos entrando na reta final da campanha e com a chegada do final do ano, o calendário 2019 é também um ótimo presente para a oferecer os amigos.

Essa edição em que comemoramos o centenário de fundação da Internacional Comunista (IC), oferecemos um belo material. Ele é ilustrado com 26 fotos e gravuras associadas aos temas e resoluções dos seus quatro primeiros congressos. O calendário faz com que o leitor tenha a exata compreensão do momento histórico e das condições que se desenvolvia a luta de classes no momento da fundação da 3ª Internacional e dos anos que se seguiram, até sua dissolução por Stalin em 1943.



O leitor poderá adquirir seu exemplar junto aos militantes de O Trabalho e discutir um valor para sua contribuição ou solicitar um exemplar através dos nossos canais de comunicação. Assim, estará ajudando a sustentar nosso combate independente.



Memória

PT MOBILIZA PARA O PRIMEIRO ATO POR DIRETAS

No último dia 27 de novembro foi realizada em São Paulo a festa-comício convocada com as palavras de ordem de luta pela eleição direta para presidente da República, contra o arrocho e o desemprego e contra a agressão imperialista aos povos da América Latina. Vinte mil pessoas compareceram, então, à praça Charles Miller, em frente ao Estádio do Pacaembu (...). Ali, a presença do PT era quase que exclusiva. As bandeiras, a presença organizada, as caravanas levadas à manifestação, só dava PT. De fato, o que se verifica é que apenas o partido esteve empenhado em realizar uma manifestação que pudesse se constituir numa importante mobilização contra a ditadura militar.

O Trabalho nº 227 - 2/12/1983



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

“Colar a bandeira do PT nas lutas”

Debate em Parintins avalia as eleições

O auditório da Rádio Alvorada encheu para o debate com Markus Sokol, da Executiva Nacional, promovido pelo Diretório local. Vieram mais de 40 petistas, orgulhosos dos 82,5% dos votos obtidos para o candidato do PT, Haddad, um dos maiores em cidades de mais de 50 mil eleitores.

Sokol abriu, explicando o momento nacional da luta dos trabalhadores frente aos ataques anunciados, momento de defender os direitos e as organizações, o próprio PT que, apesar da derrota, sai de cabeça erguida, lembrando que a vitória de Bolsonaro custou caro aos partidos tradicionais da burguesia, PMDB e PSDB, os principais derrotados.

Gustavo Passaneli, liderança do PT, ligou o resultado eleitoral em Parintins, com a luta dos militantes nas ruas da cidade por Lula e Haddad. “Agora, se ficarmos esperando 2020,

vamos perder. A tarefa da hora é a resistência! Temos que colar nossa bandeira, do PT, em todas as lutas populares da cidade”.

O plenário participou ativamente. Dhivan, estudante da Universidade Federal, foi aplaudido ao anunciar a vitória nesse dia na Residência Universitária: “fazia dois anos que a reitoria nos enrolava, no terceiro dia de ocupação, a UFAM entregou a chave do quarto aos bolsistas selecionados”.

“Já era lulista, estou me sentindo petista”

Hulck, membro do Movimento por Moradia, lembrou “sempre votei no Lula, o governo dele ajudou muito a gente. Mas nunca votei no PT, não fazia ideia da importância do partido. Agora na ocupação, o pessoal do PT nos ajudou na luta para permanecer em nossas casas. No dia da reintegração, levaram um deputado para lá. Foi

fundamental para suspender a reintegração. Já era lulista, agora me sinto um petista também. Podem me convidar para outras reuniões, quero participar!”.

Houve questionamentos também. Sokol lembrou que “o PT entrou na eleição com a plataforma da Constituinte para fazer reformas essenciais sem cair no balcão de negócio do Congresso. Mas no segundo turno, nosso candidato abandonou a Constituinte. Terminou que Bolsonaro de forma mentirosa fez o discurso antissistema, enquanto o PT procurava aliados de ‘centro’ no sistema. Precisamos aprofundar, afinal, é certo que os 13 anos de governo deixaram melhorias, mas com Lula preso sem poder agir, as mentiras através do whatsapp tiveram um terreno fértil, frustrações com promessas de reforma, além da falta de combate ao mensalão



Participação ativa do plenário

que deixou espaço ao antipetismo”.

Sokol conclui que “na campanha Bolsonaro mostrou as garras, mas não falou que quer aplicar a fórmula do Chile de Pinochet para previdência, a capitalização individual. Quando o povo tomar ciência, muitos de seus eleitores irão se juntar a nós nas ruas. E só o PT, com os sindicatos, pode puxar a unidade de todos contra a retirada de direitos”.

Correspondente

Joaquim Levy no governo

Ou a volta dos que nunca se foram

Paulo Guedes, banqueiro ministro de Bolsonaro, anunciou a nomeação para a presidência do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) de Joaquim Levy, que estava no Banco Mundial, em Washington.

Levy comporá a equipe de banqueiros e economistas ultraliberais que se acotou entre as botas dos generais que acantonaram no Planalto.

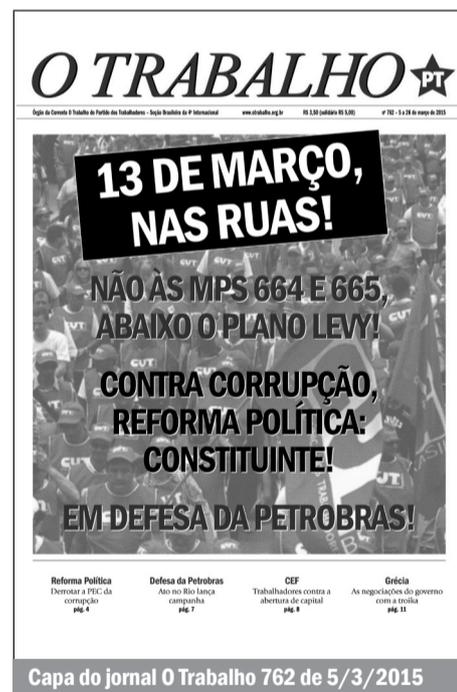
Seu plano é um “ajuste” brutal: reformar a previdência, privatizar estatais e cortar despesas sociais exigido pelo congelamento dos gastos decidido no governo Temer, para garantir os juros da dívida. Plano parecido ao “ajuste” que Levy começou, em grau menor, ao sair do Bradesco para ser ministro da Fazenda de Dilma.

“Abaixo o Plano Levy”

Essa era a manchete de O Trabalho (05/03/2015), em apoio ao ato da CUT e outros movimentos contra as Medidas Provisórias 664 e 665 de redução de direitos trabalhistas.

Naqueles dias, os coxins começavam seus atos contra Dilma. O editorial alertou: “Enquanto é tempo, é hora de Dilma livrar-se desse infeliz plano Levy que retira dinheiro dos serviços públicos e direitos dos trabalhadores, como as MPs 664 e 665, para engordar os banqueiros através do superávit fiscal primário. Os derrotados nas urnas, até revigorados, agem para desestabilizar o governo reeleito e impor o programa rejeitado pela maioria.”

A Executiva Nacional do PT (26/2/2015) não quis ouvir e votou por maioria o apoio às MPs do governo. O descontentamento cresceu.



Capa do jornal O Trabalho 762 de 5/3/2015

Algumas semanas depois, O Trabalho estampava na capa Fora Levy. O 5º Congresso do PT em Salvador (junho), rejeitou por maioria o mesmo pedido formulado pelos sindicalistas da CUT.

Em 30 de setembro, Lula voltou após muitos anos a uma reunião da Executiva que discutiu a reforma ministerial que deu espaço ao PMDB para estabilizar Dilma. Novamente Levy foi poupado, apesar do enorme desgaste. “Daqui a pouco, nem demitir Levy resolve mais”, advertiu Markus Sokol.

Foi preciso esperar o Congresso da CUT (outubro) pedir a saída de Levy, que só aconteceu em 18 de dezembro. Foi a Washington, donde volta para se juntar aos coleguinhas. Estranho foi passar um ano no governo do PT - o estrago estava feito.

JAL

Rui Costa anuncia ajuste na Bahia

Executiva PT faz vista grossa

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), decidiu aumentar de 12% para 14% a contribuição previdenciária do servidor estadual e extinguir empresas públicas - Cerb, engenharia hídrica, Conder, desenvolvimento urbano, habitação e mobilidade, e CBPM, mineração.

Segundo Rui, o déficit cresceu para 4 bilhões com dificuldade na arrecadação, “tomarmos providências para não seguir os passos de outros estados com parcelamentos de salários”.

Decerto a Bahia não é exceção na

crise, com perda de arrecadação e queda dos repasses federais. Mas saindo da reeleição com 73% no 1º turno, Rui pode e deve construir outra solução.

O Sindicato de engenheiros, Sindpec, Sindae e associações articulam a resistência e pedem negociação. Também a Federação dos servidores (CTB). Cedro Silva, presidente da CUT-BA, diz que “toda vez que estamos num momento difícil tem que vender algo. Não é solução vender coisas públicas”. De fato, é preciso

agir e mobilizar as categorias para bloquear esse pacote.

PT precisa reagir

O pacote irá para Assembleia Legislativa nos próximos dias. A Executiva Estadual do PT reunida dia 26 debateu a luta contra Bolsonaro, mas não o pacote de Rui. Jaques Wagner, senador eleito, defendeu “Lula livre como eixo do PT”. Sérgio Gabrielli alertou sobre sentenças tornando réus Haddad, Dilma e Lula, enquanto a Lava Jato prendia na Bahia petistas

ligados aos petroleiros.

Neste cenário de perseguição, fazer vista grossa do pacote de Rui, pode nos isolar do povo. O PT tem que indicar alternativas ao governo: reduzir as enormes isenções ao setor privado, cobrar a dívida das grandes empresas e, com outros governadores, exigir renegociar dívida com governo federal.

É uma dura luta de resistência, mas que preservará a base social.

Paulo Riela

DAP DISCUTE ELEIÇÕES E RESISTÊNCIA

O Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista reuniu-se domingo, dia 25 de novembro, na sede nacional do PT, em São Paulo. Na pauta, a discussão do balanço das eleições e as tarefas do PT, discussão que os grupos de base e as plenárias convocadas pelo DAP já iniciaram, para enfrentar os desafios do próximo período.

A partir da exposição inicial de Angelo Vanhoni (secretário-geral do PT do Paraná), foi aberto o debate, com ênfase na necessidade de se organizar a resistência dos trabalhadores e do povo em defesa da democracia e dos direitos ameaçados. Questões como o caráter autoritário do governo Bolsonaro, a crescente atuação política dos militares e do Judiciário extrapolando suas atribuições, inclusive com um tipo de tutela da cúpula militar, foram destacados. Foi lembrando o quadro internacional de ofensiva do imperialismo no continente, para compreender a situação no Brasil.

Sem pretender esgotar a discussão nesta reunião, o Comitê Nacional avaliou a importância do PT tirar todas as lições da avaliação de porque a ofensiva da extrema-direita contra as conquistas populares e o próprio PT pôde prosperar. Várias falas busca-

ram as raízes na própria experiência de governo do PT, especialmente o segundo mandato de Dilma.

Isso para enfrentar a nova situação, a começar pela defesa da Previdência, primeiro alvo de ataque por exigência do capital financeiro a Bolsonaro.

Lula é símbolo da luta dos trabalhadores

Vanhoni ainda destacou a importância da campanha Lula Livre. “A luta para libertar Lula é hoje a expressão mais importante do combate em defesa dos direitos e da democracia, ameaçados pela escalada do golpe com a vitória de Bolsonaro. Lula simboliza como ninguém, o movimento da classe trabalhadora. A campanha será também o melhor instrumento de reafirmação do PT”.

O Comitê Nacional do DAP entendeu igualmente que essa luta é central. Afinal, questão vital de democracia, a campanha pela libertação de Lula é, também, a melhor forma de combater o “antipetismo” disseminado em setores do povo pelas instituições, partidos e políticos das classes dominantes através da mídia. Foi destacada a importância de reforçar uma campanha internacional por Lula Livre.

Orientações

Os grupos de base deverão aprofundar o balanço destas eleições e, claro, retomar o esforço pela arrecadação mensal do cafezinho, junto aos aderentes do Diálogo e Ação Petista. Afinal num ano que vai exigir muita discussão e luta, é preciso reforçar as finanças do DAP, através da contribuição dos militantes.

O Comitê Nacional ainda orientou os grupos de base do DAP a se reunirem até fevereiro, para discutir o Relatório do Comitê que será publicado e a resolução que vier a ser aprovada pelo Diretório Nacional do PT no próximo dia 30. O DAP deverá estimular os diretórios de base do PT a realizar plenárias de balanço das eleições e, caso os diretórios não organizem, os próprios grupos de base devem se dispor a chamar plenárias abertas de balanço.

Na situação posterior ao resultado eleitoral, o DAP avalia sua própria responsabilidade para ajudar a desenvolver a discussão com os militantes do PT que querem ir à raiz dos motivos da derrota, de modo a auxiliar o próprio partido a ter sucesso na organização da resistência.

Para a votação das mesas da Câmara dos Deputados, Senado



Angelo Vanhoni, do Comitê Nacional do DAP

Federal, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais, o DAP considerou o critério mínimo de apoio a candidatos que sejam pelo menos de oposição a Bolsonaro, priorizando aqueles com identidade com as pautas do PT.

O Comitê Nacional do DAP voltará a se reunir em janeiro para completar a discussão do balanço e outras questões da conjuntura e da vida do PT.

Roberto Salomão

DEBATE COM GREENHALGH NO RIO

No dia 22 de novembro, o auditório da sede do Diretório Estadual do Rio de Janeiro foi pequeno para receber a militância: mais de 100 petistas participaram do debate com Luiz Eduardo Greenhalgh, da Direção Nacional do PT e do comitê nacional do DAP, advogado de Lula, que fez uma avaliação política do resultado das eleições e reafirmou o papel do partido na resistência ao governo de Bolsonaro.

Francine Iegelski, da coordenação do DAP, abriu a reunião que contou com a presença de membros dos diretórios regional e nacional, Márcia Tiburi, candidata a governadora pelo PT-RJ, e do vereador carioca Reimont. Greenhalgh analisou a perseguição política ao PT pelo Judiciário, que começou desde 2005 com o chamado “mensalão” até a “Lava Jato”. Ele insistiu na necessidade de se defender a liberdade de Lula e dos companheiros Delúbio Soares e João Vaccari, bem como a defesa do PT e do que ele representa para o povo brasileiro. Salientou o caráter violento e autoritário do governo Bolsonaro e o papel

que desempenhou no processo do golpe de 2016 e nas eleições de 2018 o seu agora superministro Moro.

Aberto o debate, cerca de 20 intervenções, abordaram a Campanha por Lula Livre, como meio de defender a classe trabalhadora. Do militante fundador do partido à jovem recém-filiada, que aderiu ao partido por sua história, todos afirmaram a necessidade dos petistas permanecerem nas ruas, se organizando nas bases, nos morros e favelas, nas escolas e sindicatos.

As intervenções confirmaram a grande preocupação pelo resultado eleitoral do Partido no RJ, relacionando este problema à política de alianças com o PMDB que enfraqueceu o partido ao longo dos tempos.

Militantes falaram do massacre da intervenção militar no RJ que atinge



Cerca de 100 petistas estiveram no debate com Luiz Eduardo Greenhalgh, convocado pelo DAP-RJ

especialmente a população negra e a juventude.

Greenhalgh respondeu às indagações do público. Lembrou que Haddad estava próximo a Bolsonaro, com grandes chances de ultrapassá-lo, até o surgimento do “Ele Não”, que cristalizou os votos em Bolsonaro e fez com que a diferença entre os dois aumen-

tasse. “O problema”, disse, “é quando o PT se afasta do PT. Quando o PT se fortalece, fortalece sua militância e sua base, não há quem nos vença”. Ele insistiu na necessidade do retorno dos núcleos do PT.

Elogiado pelos militantes presentes, o evento comprovou que estamos num momento difícil, de resistência pela defesa dos direitos e da democracia. Por isso é importante o partido fazer o balanço das eleições, organizar a militância, receber os novos filiados

que, apesar de todos os ataques, procuram o PT porque querem lutar contra o governo Bolsonaro. Os presentes foram convidados a participar da próxima reunião do Diálogo e Ação Petista do Rio, que acontecerá dia 10 de dezembro.

Áurea Alves

Covas avança contra aposentadoria

Prefeito de São Paulo retoma projeto de Dória contra os servidores públicos

No início de 2018, nos servidores municipais durante 20 dias combateram e conseguiram suspender o Projeto de Lei 621/16, que prevê o aumento da contribuição da previdência dos servidores da capital paulista, dos atuais 11% para até 19% e a criação de fundo complementar de previdência para



Março 2018, greve de servidores impõe recuo ao prefeito

os servidores que ganham acima do teto salarial do INSS (R\$ 5.645,80). É um confisco salarial e o fim da aposentadoria pública e solidária que está em jogo.

A greve dos 100 mil como ficou conhecida, foi suspensa em 2 de março com o compromisso dos vereadores de constituir uma comissão de estudos por 120 dias e suspender a votação. Após as eleições presidenciais, o prefeito Bruno Covas (PSDB) retomou a ofensiva. O presidente da Câmara, Milton Leite (DEM), publicou em 22 de novembro a constituição de uma comissão de 10 vereadores que terá 30 dias, prorrogável por igual tempo, para estudar e apresentar uma proposta de reforma e não esconde a disposição de votar o projeto entre o natal e ano novo, quando a categoria está em recesso (educação) e boa parte dos servidores também já de férias. Mas a mobilização já está na rua.

Retirada integral do PL

O governo teve que recuar por conta da forte greve no primeiro semestre e agora não será diferente. A unidade da categoria é a arma para combater o PL 621/16. Os sindicatos da categoria

já chamam mobilizações na Câmara Municipal e não descartam retomar a greve caso insistam em votar esse projeto nefasto.

O SINDSEP (sindicato dos servidores) em seu jornal afirma: "se o ataque à previdência andar os servidores vão parar! Em qualquer época do ano a categoria saberá se levantar para defender os seus direitos. Vereadores que ousarem votar nesse projeto serão duramente denunciados. Faremos de tudo para que nunca mais se reelejam! Reiteramos nosso pedido de retirada integral do PL 621/16".

O SINPEEM (sindicato dos professores municipais) chama para 5 de dezembro uma paralisação e vão realizar assembleia na porta da Câmara Municipal.

A CUT e seus sindicatos filiados jogam um papel importantíssimo na busca da unidade e do combate a esse ataque. É preciso construir a mais ampla unidade para exigir a retirada desse PL 621/16, a defesa das aposentadorias e ainda exigir reajuste salarial para o qual não há previsão no orçamento de 2019.

João B. Gomes

Servidores do Ceará

Congresso da categoria decide organizar a resistência

Os trabalhadores do serviço público no estado do Ceará decidiram, em congresso realizado de 8 a 10 de novembro, se somar ao combate à contrarreforma da Previdência. Os cerca de 100 delegados presentes aprovaram a tese apresentada por membros da Executiva do sindicato, o Mova-se, que defende a resistência frente ao governo Bolsonaro, seus ataques aos direitos e a violência contra o povo. Uma primeira expressão desta decisão foi a participação na jornada nacional de 22 de novembro.

Para a categoria, a defesa da previdência significa a luta pela revogação do projeto que alterou o regime estadual (do governador Camilo Santana

do PT!), aprovado em 8 de novembro, com um regime completar e com o estabelecimento de um teto.

Perseguição a sindicalista

O congresso também aprovou uma moção de repúdio ao Governo do Estado por perseguição política a Maria Auxiliadora da Silva Alencar, servidora pública da Secretaria da Saúde e coordenadora-geral em exercício do Mova-se. Ela responde Processo Administrativo Disciplinar por denunciar irregularidades no hospital em que trabalha. O Congresso exigiu o arquivamento do processo.

Correspondente

NÃO É O PROJETO DO HADDAD?

O argumento de que o projeto de Dória/Covas é de Haddad é utilizado para dizer que é necessário reformar a previdência. O chamado Sampaprev (projeto de Haddad) estabelecia o fundo complementar de aposentadoria. Era o Projeto de Lei 621/16 que Haddad enviou à Câmara, um erro do então prefeito do PT que foi combatido pela categoria. Diante da greve dos professores o projeto foi retirado da Câmara. Mas, no final de seu governo, em 28 de dezembro de 2016, Haddad reenviou o projeto.

João Dória (PSDB) já prefeito, refaz completamente o projeto piorando-muito, como elevação da contribuição de 11% para 19% e o estabelecimento de capitalização individual para os novos servidores. Outro projeto, mas ele utiliza o mesmo número para confundir os servidores.

Vitória em Florianópolis

Trabalhadores da limpeza conquistam acordo que atende reivindicações

Em meio a um cenário de constantes ataques ao serviço público, os trabalhadores da Comcap – autarquia municipal de coleta de resíduos e limpeza urbana de Florianópolis - demonstraram unidade e tiveram conquistas concretas nas negociações da campanha salarial deste ano.

O acordo coletivo foi aprovado no dia 13 novembro, com a categoria em estado de greve. Entre as principais conquistas estão a reposição da inflação de 4%, o aumento de R\$ 2 diários no vale-alimentação, e a criação de um grupo de estudos sobre ressarcimento de todos os gastos médicos decorrentes de acidente de trabalho.

Eles também conquistaram outras reivindicações, como o pagamento da avaliação de desempenho para quem for colocado à disposição pela Comcap, a manutenção das conclusões de tarefas e a escala de sábados das margaridas (equipes de varrição).

Barrando a privatização

O acordo também traz uma garantia essencial: 100% da coleta da cidade

seguirá pública, sem interferência da iniciativa privada, como defenderam setores empresariais de Florianópolis em 2018. É uma vitória marcante por reforçar o caráter público da Comcap e dos serviços essenciais prestados por ela à cidade.

Por fim, a realização de um concurso público para trabalhadores efetivos também teve avanços. A intenção inicial da Prefeitura era enviar a proposta à Câmara de Vereadores até o dia 31 de dezembro, mas o Executivo recuou e encaminhará a pauta em regime de urgência até o dia 30 de novembro.

Mais uma vez, a unidade dos trabalhadores da Comcap mostrou que é possível avançar e enfrentar de fato as políticas privatistas. Com a aprovação do acordo, a categoria agora segue mobilizada para garantir o cumprimento de todas as cláusulas e lutar contra o sucateamento e a privatização da Comcap, e também para enfrentar a contrarreforma da Previdência ameaçada para o próximo ano.

Renê Munaro

DEMITIDOS ATRASAM DISTRIBUIÇÃO DA VEJA



Foto: Paulo Zocchi

Jornalistas, gráficos, administrativos e distribuidores dispensados pela Ed. Abril, com apoio dos sindicatos, fizeram uma manifestação, no último dia 23, contra o calote da empresa, em frente à gráfica, em São Paulo. Eles impediram por 3 horas a saída de veículos para distribuição da revista Veja. O protesto foi para que a Abril pague o que deve, após três meses de recuperação judicial.

Não mexam na nossa Previdência!

É hora de preparar essa batalha central para a classe trabalhadora

Em 22 de novembro ocorreu a primeira mobilização nacional convocada pelas centrais sindicais – CUT, Força Sindical, CTB, Inter-sindical, CSB, Conlutas, NCST, UGT e CGTB- da Campanha Permanente em Defesa da Previdência.

No momento em que as centrais acordaram essa data, a grande imprensa divulgava a intenção do governo eleito de acabar também com o Ministério do Trabalho, o que acabou não se confirmando, mas a pasta será esvaziada de suas atribuições ou anexada a outro ministério segundo o próprio Bolsonaro.

No dia 22 ocorreram panfletagens, visitas a locais de trabalho e protestos em vários pontos do país contra o anunciado ataque ao sistema de Seguridade Social (que inclui a Previdência, Saúde e Assistência Social) que é exigido pelo “mercado”, alertando os trabalhadores para as ameaças que pesam sobre o seu direito à aposentadoria e à assistência do Estado durante a sua velhice ou invalidez.

O governo que tomará posse em 1º de janeiro ainda não apresentou uma proposta concreta de “reforma da Previdência”, ainda que todos os seus futuros membros e apoiadores declarem que essa é uma questão essencial e urgente e outros tantos defendam o “modelo chileno” de capitalização individual (ver box abaixo).

Não cair em armadilhas

Para a classe trabalhadora o que se trata é de defender o atual sistema de Seguridade Social que inclui a Previ-

dência como um direito social baseado na solidariedade entre as gerações (quem está na ativa contribui para financiar as aposentadorias), com o aporte dos empregadores (privados ou públicos), sem a imposição de idade mínima e sem aumento do tempo de contribuição para a aposentadoria.

Há que se fugir de armadilhas, como a de negociar com o novo governo “princípios gerais” de uma eventual reforma, como parece sugerir o texto adotado pelas nove centrais sindicais com intermediação do DIEESE. Ainda que esses “princípios gerais” sejam os de uma Previdência pública e solidária, o que temos diante de nós é um ataque aos direitos já conquistados, uma contrarreforma, e não algo que parte da estaca zero!

O presidente da UGT, Ricardo Patãh, por exemplo, declarou que quer negociar pontos da “reforma” com a equipe de transição para o novo governo, desautorizando o representante de sua central que tomou a palavra na Plenária das centrais de 12 de novembro (ver box abaixo).

Para a CUT (ver box ao lado) e para outras centrais que pretendam defender os direitos previdenciários existentes, a conclusão é uma só: mobilizar amplamente as bases sindicais e o conjunto dos trabalhadores contra qualquer mudança regressiva na Previdência e no sistema de Seguridade Social, pois, como concluiu a CPI do Senado sobre o tema, o sistema não é deficitário e os patrões devem mais de 450 bilhões de reais à Previdência!

Julio Turra

“A PREVIDÊNCIA NÃO ESTÁ QUEBRADA!”

Carlos Gabas, ministro da Previdência Social em parte dos governos Lula e Dilma, escreveu em 21 de novembro um artigo com esse título (ver www.brasil247.com), do qual extraímos os trechos abaixo:

“A Previdência não está quebrada e nem é inviável, mas atravessa uma das maiores crises econômicas, e devido ao desemprego recorde aliado ao resultado desastroso da ‘reforma trabalhista’ do governo Temer, que precarizou as relações do trabalho, instituiu o trabalho escravo e legalizou o “bico”, reduzindo drasticamente a arrecadação das contribuições previdenciárias, por consequência gerou déficit no sistema, que até 2015 apresentava superávits sucessivos. O Brasil precisa urgentemente de retomar o crescimento econômico e a criação de postos de trabalho com carteira assinada, o que aumentaria a arrecadação e nos levaria à situação de equilíbrio das contas.

O governo utiliza artifícios contábeis para esconder os verdadeiros números da Previdência e da Seguridade Social. Se colocarmos cada receita e cada despesa nos locais certos, conforme comprovou a CPI da Previdência no Senado Federal, veremos que os resultados serão bem diferentes dos apresentados como fundamento para a reforma. Ao analisarmos a Lei Orçamentária, podemos observar que o governo retira 30% dos recursos da Seguridade Social como desvinculação de receitas, e além disso atribui à seguridade várias despesas que não são de sua responsabilidade, tais como salários de servidores públicos ativos e aposentados.”



Manifestação em Fortaleza

CUT EM DEFESA DO SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL

Dentre as resoluções adotadas na reunião da Executiva nacional da CUT de 9 de novembro, destaca-se a que encaminha a realização de uma Campanha nacional em defesa da Previdência que reproduzimos abaixo:

“A CUT reafirma a linha de ação desenvolvida em 2017 na campanha em defesa da Previdência pública, solidária e universal. Trata-se, na verdade, da defesa do nosso sistema de Seguridade Social, conquistado em 1988 como resultado de décadas de luta e que comprovamos não ser deficitário, como alega o governo.

No médio prazo, deverá ser retomada a campanha nacional em defesa da Previdência, cuja eficácia foi comprovada no primeiro semestre de 2017 e que tem como eixos:

- A criação de Comitês Populares em cada cidade, envolvendo os sindicatos, os movimentos sociais e as prefeituras num amplo processo de debate e mobilização contra a reforma da previdência;
- A pressão, na base eleitoral dos deputados federais, para que votem contra a reforma;
- A divulgação e material de propaganda, através de panfletagem em áreas de maior circulação e pessoas (praças, estação de metrô, terminais de ônibus) e do envio de mensagens nas redes sociais.”

SINDICALISTA CHILENO TRAZ EXPERIÊNCIA DE LUTA



Em 12 de novembro foi realizada, no auditório do DIEESE em São Paulo, a Plenária Sindical em Defesa da Previdência e Seguridade Social, com a presença de representantes de todas as centrais sindicais.

Ponto alto do evento foi a exposição do sindicalista chileno Mario Villanueva, dirigente da Confederação dos Profissionais da Saúde (Fenpruss) e membro da Coordenação nacional do movimento “No + AFP” (ver OT nº 839) que lidera a luta em seu país contra o sistema de capitalização individual imposto durante a ditadura Pinochet e em favor do restabelecimento de uma Seguridade Social pública e por repartição.

O companheiro do Chile desmontou o “modelo” que é o preferido do capital financeiro e que abandona o trabalhador à própria sorte, sem amparo do Estado, na sua velhice ou invalidez. Sua exposição pode ser vista em www.dieese.org.br/documentossindicais/2018/Apresentacao_Mario_Reinaldo_Villanueva_Olmedo.pdf

Governo de guerra contra a Educação

Ofensiva visa destruir conteúdo e a escola pública

Nem tomou posse, e Bolsonaro já declarou guerra à educação. Sob o impulso de sua eleição foi retomada a tramitação da emenda à LDB (Projeto de Lei nº 7180, de 2014, da chamada “Escola sem Partido”) que inclui no seu Art. 3º, dos princípios do ensino, “o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”. É um ataque sem precedentes à “liberdade de ensino e aprendizagem” prevista inclusive no Art. 206 da CF, que assegura o direito de “aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, garantido o pluralismo de ideias e concepções no ensino”. No dia 21/11, o parecer do relator foi lido na Comissão Especial e, apesar do pedido de vistas da oposição, deve ir a voto em 29 de novembro. Depois segue para o Senado.

Esta ofensiva, a qual se soma a EC 95/2017, se vale de um discurso moral, para fazer o desmonte da educação pública e sua privatização, com a imposição de medidas, como a educação à distância (EaD) já desde o Ensino Fundamental.

São propostas de esvaziamento do currículo escolar, em consonância com a contrarreforma do Ensino Médio e com a adoção da Base Curricular Comum, em fase de aprovação no Conselho Nacional de Educação, que já “flexibilizavam” a formação e a oferta de conteúdo, especialmente na educação pública.

É assim que a ofensiva contra a escola e o professorado vem se aprofundando. No fechamento desta edição a Coordenação do Curso de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará acabava de ser intimada pela Procuradoria da República a apresentar informações sobre uma fantasiosa “organização de polícia ideológica” que estaria ameaçando professores e estudantes no campus universitário e redes sociais.

Um inimigo da Ciência do MEC

É nesta onda contra a liberdade e os direitos que Velez Rodriguez é designado ministro da Educação. Rodriguez, teólogo com passagem apagada pela UFJF, que passou a lecionar na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). Ele se notabiliza por um total isolamento em relação às instituições de pesquisa e fomento científico no Brasil e por suas opiniões anticientíficas. Em documento lançado já após a indicação, Rodriguez, para além de opiniões exóticas, como a defesa da restauração do culto a vultos do período colonial e imperial, afirma que sua gestão deverá banir “um conjunto de leis e regulamentos [que] sufocou, nas últimas décadas, a vida cidadã, tornando os brasileiros reféns de um sistema de ensino (...) afinado com a tentativa de impor, à sociedade, uma doutrinação de índole cientificista”. A declaração

se afina com a ofensiva contra os conteúdos escolares que está em curso. Mais grave, o ministro quer aprofundar a desresponsabilização do Estado para com a educação numa nova municipalização: “um serviço a ser oferecido pelos municípios, que iriam, aos poucos, formulando as leis que tornariam exequíveis as funções docentes. As instâncias estaduais e federal entrariam simplesmente como variáveis auxiliaadoras dos municípios que carecessem de recursos”.

É necessário erguer uma ampla unidade contra esta ofensiva contra a escola pública, aos currículos e aos professores. A resistência que impediu até aqui o progresso da tramitação da Escola sem Partido deve ser estender na forma da ação unida das entidades do setor, em primeiro lugar das entidades reunida no Fórum Nacional Popular de Educação.

Eudes Baima

Bolsonaro, uma ameaça à saúde de brasileiros

Ataques aos médicos cubanos leva à retirada dos profissionais do país

As acusações ameaçadoras do presidente eleito à qualificação dos médicos cubanos, e a imposição de uma revisão do acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde, levaram o governo de Cuba a decidir, em 14 de novembro, retirar seus médicos do Brasil. A ação de Bolsonaro, além do servilismo ao governo dos EUA, está em consonância com as entidades corporativas médicas (como a Associação Médica Brasileira AMB), sem nenhum compromisso com o direito à saúde pública.

Com a saída de mais de 8.300 médicos cubanos, que trabalhavam em 2.885 cidades, quase 30 milhões de pessoas ficam sem o direito a assistência médica, repentinamente.

A escassez dos médicos em diversas regiões e sua desproporção entre capitais e interior e entre as regiões do Brasil é marcante. Nas capitais a relação é de 5,07 médicos por mil habitantes, no interior é de 1,28 médicos, inferior ao mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Cubanos atendiam as regiões mais carentes

O Programa Mais Médicos foi criado em 2013 para resolver, emergencialmente, essa realidade.

As entidades corporativas médicas, as mesmas que apoiam e saúdam



Médico atende paciente indígena no Programa Mais Médicos

Bolsonaro, rechaçaram o programa.

Os estrangeiros foram recebidos para atender nos locais em que os médicos brasileiros não se dispuseram a ir. Nos cinco anos em que os cubanos estiveram no Programa mais de 20 mil médicos foram recebidos. Assim 700 municípios tiveram pela primeira vez um profissional médico! Eles asseguraram também 75% da saúde indígena no país. Os médicos cubanos têm formação voltada para a atenção básica e promoção de saúde para a população, essencial

para a saúde pública e universal do Brasil. Eles obtiveram mais de 95% de aceitação, segundo estudo da Universidade Federal de Minas Gerais.

Com sua saída as consequências são desastrosas. Municípios como Mauá, no ABC Paulista, está perdendo 33 dos seus 46 médicos, com os quais contou para melhorar o pré-natal das futuras mães e a redução da mortalidade infantil nesses anos.

Ainda em 2018 estudos da demografia médica mostram que hoje, fruto do programa, os médicos

brasileiros são em torno de 2,18 por mil habitantes, porém há capitais com mais de 12 médicos por mil habitantes – como Vitória (ES)– e regiões do interior do Nordeste com menos de um médico por mil habitantes. Segundo o Ministério da Saúde, os médicos cubanos tinham 62% de permanência no programa, já os brasileiros têm 21% e os demais estrangeiros 17%.

Para repor as vagas Temer chamou apenas médicos brasileiros. Segundo dados, mais de 8.000 inscrições preenchidas. Mas, segundo o vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS), Charles Tocantins, é comum profissionais se inscreverem no programa para a vaga de um município no seu estado e depois desistirem, ao serem informados de que se trata de uma comunidade remota. “O problema é saber se esses profissionais vão aceitar o trabalho em áreas mais remotas, de acesso difícil e com problemas de infraestrutura, como inexistência de sinal de internet e fornecimento de energia instável”.

Temos em aberto, assim, a garantia do direito à saúde a 30 milhões de pessoas! Bolsonaro e as corporações médicas são uma ameaça à saúde dos brasileiros.

Juliana Salles

Defender a democracia: Lula Livre!

Prossegue, mais feroz ainda, a perseguição escandalosa contra o PT

O Judiciário, com seus ministros supremos de altíssimo salário, reajustado de R\$33.000,00 para R\$39.000, não dá trégua. Finda as eleições uma metralhadora giratória foi aberta contra o PT.

Na primeira semana após o segundo turno, o prefeito petista de Araraquara (SP), Edinho Silva, foi surpreendido em sua casa com a busca e apreensão da Polícia Federal, sob pretexto de supostas irregularidades na campanha de Dilma em 2014, da qual foi tesoureiro e cujas contas já foram aprovadas.

Em 27 de novembro, sem nenhuma razão plausível, foram cassados os mandatos de dois deputados federais do PT. Quaquá do Rio de Janeiro, recém-eleito e Luis Caetano da Bahia, reeleito.

O Judiciário opera, inclusive com a tutela militar (ler matéria abaixo), na busca do objetivo que anos de perseguição não foram capazes de realizar que é varrer o PT do cenário político brasileiro. Afinal, vassalos que são dos interesses do capital financeiro, sabem que o partido segue sendo o principal ponto de apoio para fazer frente ao governo entreguista e autoritário que se anuncia.

Ultrapassando todos os limites

Em 23 de novembro, o juiz Vallisney de Souza Oliveira, do DF, tornou réus, entre outros dirigentes e ex-dirigentes do PT, Lula e Dilma.

Em seu parecer escreve que os acu-



Londres, 19/11: ato no parlamento britânico pela liberdade de Lula, realizado por iniciativa do Partido Trabalhista e sindicalistas da central sindical TUC

sados “na qualidade de membros do Partido dos Trabalhadores – PT, com vontade livre e consciente, de forma estável, profissionalizada, preordenada, com estrutura definida e com repartição de tarefas, constituíram, integraram e estruturaram uma organização criminosa, com atuação durante o período em que os dois primeiros denunciados sucessivamente titularizaram a Presidência da República, para cometimento de uma miríade de delitos, em especial contra a administração pública em geral”. Sem prova, sem ouvir os acusados o juiz de Brasília sabe que tem costas quentes nas instituições para

agir fora da lei.

Em 26 de novembro os Procuradores de uma autointitulada “Lava Jato São Paulo” abrem denúncia contra Lula por tráfico de influência junto ao governo da Guiné Equatorial, em troca de benefício para o Instituto Lula. Segundo sua defesa é “mais um capítulo do ‘lawfare’ que vem sendo imposto a Lula desde 2016”. “A denúncia pretendeu, de forma absurda e injurídica, transformar uma doação recebida de uma empresa privada pelo Instituto Lula, devidamente contabilizada e declarada às autoridades, em tráfico internacional de influência”.

Lula preso, senha para prosseguir

Em 14 de novembro Lula prestou depoimento em Curitiba à juíza Gabriela Hardt, substituta de Sérgio Moro, premiado com o superministério no governo Bolsonaro. O depoimento foi uma prova, se mais fossem necessárias, da manipulação fraudulenta contra o ex-presidente. A juíza Gabriela, agora investida como autoridade da Lava Jato, conduziu todo depoimento para provar que Lula é culpado no processo sobre o sítio de Atibaia. Não era um depoimento para que o réu pudesse exercer seu direito à defesa, mas para incriminá-lo. Destemperada, a juíza ameaçava e cortava a fala de Lula. Desrespeitado em seu direito de defesa ele não se intimidou. Questionou todas as acusações e foi direto ao ponto: “Vocês até já conseguiram me tirar do processo eleitoral. Porque sabiam que se eu fosse candidato eu ganhava no primeiro turno as eleições”.

É verdade. Mas ter tirado Lula das eleições não basta. É preciso mantê-lo preso, acumulando novas condenações fraudulentas, para prosseguir a ofensiva, neste momento contra o PT, mas que pretende atingir todas as organizações que defendam os direitos e a democracia. A campanha Lula Livre deve ocupar um lugar maior na luta no próximo período. Em primeiro lugar na ação do PT, mas de todos que se reivindicam dos interesses do povo e da nação.

Misa Boito

“Estivemos realmente no limite”

Entrevista do general Villas Bôas explicita “trama política contra Lula”

Entrevista concedida à “Folha de S. Paulo” (11/11) pelo comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, deixa clara, se alguma dúvida havia, a condição de Lula como preso político. E mais: é a confissão de que o Judiciário, protagonista do golpe desde 2016 (com o impeachment, a Lava Jato e as perseguições ao PT), tem a seu lado as Forças Armadas nessa ação. Em sua fala, o militar admite ter interferido para que o Supremo Tribunal Federal (STF) não ousasse conceder o habeas corpus preventivo. Lula foi preso três dias após esse julgamento.

Para impedir que Lula vencesse a eleição, o que poderia ter ocorrido até mesmo no primeiro turno, Sérgio Moro (premiado com um ministério por Bolsonaro) condenou, sem provas, o ex-presidente. Com base nessa fraude, além das outras que se desenvolveram durante a própria cam-

panha eleitoral, Bolsonaro se elegeu.

Villas Bôas admite que interveio, em abril, para que o STF não concedesse o habeas corpus a Lula. Naquela ocasião, ele divulgou uma mensagem pelo Twitter que ameaçava implicitamente alguma forma de retaliação militar caso Lula fosse mantido solto. Sua justificativa, dada na entrevista, é a de que “temos a preocupação com a estabilidade, porque o agravamento da situação depois cai no nosso colo”.

A visão é a de que as Forças Armadas são o poder invisível que está por cima dos poderes legalmente constituídos. Ele só pode se pronunciar dessa maneira porque os crimes da ditadura nunca foram punidos e o chamado “entulho autoritário” do regime, como a Lei de Anistia de 1979, se mantém em vigor.

O general fala sem preocupações, como se fosse normal um coman-

dante militar ordenar qualquer coisa aos ministros do Supremo: “Eu reconheço que houve um episódio em que nós estivemos realmente no limite, que foi aquele tuíte da véspera da votação no Supremo da questão do Lula. Ali, nós conscientemente trabalhamos sabendo que estávamos no limite. Mas sentimos que a coisa poderia fugir ao nosso controle se eu não me expressasse. Porque outras pessoas, militares da reserva e civis identificados conosco, estavam se pronunciando de maneira mais enfática”.

É a confissão de um ataque à democracia. Como disse corretamente a presidente do PT, Gleisi Hoffmann: “A fala do general Villas Bôas evidencia a trama política contra Lula. Deixa claro que houve ingerência em decisão do STF”.

Intervenção no STF

Em artigo publicado nas redes

sociais, o advogado Paulo Emenabili Souza Barros de Carvalhosa relata um episódio que parece fazer sentido, considerando-se a fala do comandante do Exército. De acordo com Carvalhosa, na noite em que houve a facada contra Bolsonaro, em setembro, reuniu-se emergencialmente o Alto Comando das Forças Armadas. Na reunião, alguns comandantes estariam dispostos a intervir, colocando tropas na rua.

Para não chegar a isso, a solução encontrada teria sido colocar um general da reserva no STF. Como se sabe, em seguida, o presidente da corte, Dias Toffoli, indicou o general Fernando Azevedo e Silva, mesmo sem qualificação jurídica, como seu assessor. Ele teria sido levado a Toffoli pelo próprio Villas Bôas, segundo “fontes civis e militares” que o advogado não nomeia.

Cláudio Soares

A luta da população negra deve ser reforçada

Eleição de Bolsonaro traz graves ameaças ao povo negro no país

A situação da vida dos negros no Brasil, que ainda convive com os resquícios do período da escravidão, mesmo se já passaram 130 anos, não é nada fácil. Agora, com a eleição de Bolsonaro como presidente, o que já era ruim, tende a piorar.

No dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, que lembra e homenageia o líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi, que foi assassinado nesse dia pelas tropas coloniais brasileiras em 1695, diversas manifestações ocorreram nos estados. Em São Paulo, a XV Marcha da Consciência Negra, reuniu cerca de 5.000 pessoas. Além das pautas históricas, como o combate ao genocídio do povo negro, a marcha prestou homenagem a Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro assassinada em março e ao mestre Moa do Katendê, assassinado em Salvador depois do primeiro turno das eleições presidenciais, após ter declarado voto em Haddad do PT.

Travamos uma dura batalha no processo eleitoral nos últimos meses para barrar o projeto político de Bolsonaro, que se pretende ser uma versão piorada do governo Temer, o que na prática trará mais violência policial nas periferias e comunidades, diminuição do acesso ao ensino superior pela juventude negra, condições de trabalho mais precarizadas e por aí vai. Mas apesar da derrota nas urnas, sabemos que saímos desse processo de pé, cabeça erguida e agora devemos estar ombro a ombro com a classe trabalhadora e a juventude nesse próximo período de fortes embates.

Desigualdade salarial

Mesmo se a vida da população negra teve uma melhora durante os governos do PT, isto ainda está muito longe do que precisamos e reivindicamos. E não podemos permitir que os retrocessos que se avizinham, sejam consumados, pois todas as conquistas estão ameaçadas.

Os trabalhadores negros continuam recebendo cerca da metade do salário dos brancos para desempenhar as mesmas funções. Segundo dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e da Pnad anual (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), seriam necessários 72 anos (em 2089) para a equipa-



Quilombolas de Alcântara (MA)

ção salarial entre negros e brancos. Porém os ataques que a classe trabalhadora sofre desde o golpe de 2016, patrocinado pelas instituições apodrecidas, a começar pelo judiciário - o mesmo que livrou a cara de Bolsonaro de suas declarações racistas -, podem ser ainda maiores. E a população negra será mais durante atingida. Só o nosso povo organizado poderá decidir frear isso.

Na educação, que interfere diretamente na renda salarial dos brasileiros, pois quanto maior a escolaridade, maior a renda do trabalhador, há ainda muito no que avançar. Porque mesmo se as cotas proporcionaram o crescimento dos negros dentro das universidades (em 2005 apenas 5,5% dos jovens negros e pardos estavam nas universidades e em 2015 esse número passou para 12,8% entre jovens negros entre 18 e 24 anos), ainda temos 87,2% de jovens negros fora das universidades.

Violência

Quando o quesito é violência nós estamos no topo dos índices. Por que será? O levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, detalha que o quesito exposição à violência, na população negra continua em um crescente. Segundo dados de 2005 a 2015, enquanto os brancos apresentaram uma redução de 12% dos assassinatos, os negros apresentaram um crescimento de 18%! A juventude negra e pobre, principalmente nas periferias e comunidades, continua vivendo uma verdadeira política de genocídio, em uma situação em que ser preto

e jovem coloca a sua vida em risco. E a suposta "segurança" que as tropas do exército trariam nas ruas do Rio de Janeiro se mostrou como um verdadeiro remédio que mata, pois a violência só tem aumentado. E o sistema prisional reflete as consequências da violência policial e um judiciário que escolheu um lado para beneficiar no país. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen - 2016) a população carcerária brasileira quase dobrou entre os anos de 2006 e 2016, passando de 401,2 mil para 726,7 mil. E o mais gritante é que cerca de 40% dos presos tiveram sua liberdade cerceada sem ao menos terem o direito a um julgamento. As condições das prisões são as piores possíveis e nelas 64% da população é negra.

Titulação dos quilombolas

A luta pela titulação das terras das comunidades quilombolas, que ainda enfrenta diversos bloqueios para uma efetiva titulação, como a pressão dos latifundiários e ruralistas no congresso nacional, é também uma das questões centrais para nosso povo. Porque além de ser uma questão negra, ela se caracteriza como uma questão nacional, integrando os aspectos da questão agrária. E o fato da reivindicação dos quilombos ser pela titulação coletiva das terras e não por lotes individuais, faz com que a tarefa democrática (agrária) tenha também uma dimensão revolucionária. O fato de termos cerca de 3,2 mil comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura; e menos de 10% obtiveram o documento da titulação, demonstra que essa luta se mantém, mais atual do que nunca. E essa será uma luta intensa, pois o futuro governo já anunciou ataques aos quilombolas, como no caso da comunidade de Alcântara (box).

O futuro que nos aguarda ainda é incerto e não teremos fórmulas mágicas ou receitas de bolo para nossa organização, porém ela é mais urgente do que nunca e apenas experimentando na luta diária, ombro a ombro com cada irmão e irmã negra, encontraremos a melhor forma de organização em defesa de nossas reivindicações e contra os retrocessos.

Joelson Souza

QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA COLOCADOS EM RISCO

Em agosto desse ano, a comunidade quilombola de Alcântara, localizada na região metropolitana de São Luís (MA), recebeu com grande preocupação a notícia da visita do secretário de Defesa dos Estados Unidos, James Mattis, ao Brasil. Na pauta de sua vinda estava a utilização do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), que fica no território quilombola. A base militar de Alcântara foi implantada no país durante a ditadura militar e já causou grande impacto na região desabrigoando e expulsando diversas famílias quilombolas e agora esse pesadelo retorna, visto que Bolsonaro pretende consolidar os acordos iniciados pelo governo golpista de Temer com os EUA. Segundo ele "O que nós queremos fazer é treinar os quilombolas, aquela garotada, para trabalhar na base de lançamento, inserir eles nesse mercado promissor, dar meios para se libertar, não viver mais de favores de Estado. O Marcos Pontes [futuro ministro da Ciência e Tecnologia] quer fazer também". Para muitos que não entenderam como o Marcos Pontes foi indicado para ministro, mesmo não tendo nenhuma experiência na ciência e tecnologia, essa é uma das dicas.

Eleições nos Estados Unidos

Um resultado normal para uma situação anormal

As eleições de “meio termo” (meio de mandato) de 6 de novembro de 2018, eleições que elegem apenas governadores e parte dos congressistas, confirmaram o quadro de crise estabelecido nas “presidenciais” de 2016, a que elegeu Trump. Ele, como esperado, conseguiu evitar a quebra de sua base – sem, contudo, avançar sobre os oponentes democratas.

O Partido Republicano não saiu enfraquecido, já que como esperado manteve maioria no Senado – embora esta casa tenha renovado apenas um terço de suas cadeiras, em geral de estados já previsivelmente republicanos. Vale notar que Trump logrou varrer seus oponentes internos, dentro de seu partido, transformando-o agora em “Partido Republicano de Trump”.

Quanto aos democratas, estão satisfeitos com seu crescimento incontestável que lhes garantiu ganhar a maioria – ainda que por pequena margem – na Câmara dos deputados. Trump “não poderá mais ignorar a oposição se quiser transformar suas prioridades em lei”, diz o New York Times (NYT).

“Fratura” e rejeição distorcida aos dois partidos

As atuais eleições mantiveram, portanto, o que a imprensa americana qualificou como “fratura” de 2016, a crise e as grandes contradições no seio da classe dominante americana.

Elas estão preocupadas em retomar a estabilidade política do país, abalada desde 2016. Um ex-conselheiro de George Bush na Casa Branca sugeriu ao NYT que “a vitória dos democratas na Câmara abre perspectivas para o presidente: elaborar soluções bipartidárias sobre o custo dos medicamentos e sobre as infraestruturas”.

Um acordo entre democratas e republicanos sob o suposto pretexto de reduzir custos de medicamentos seria uma estratégia de recuperação da estabilidade política dos EUA. Sem garantias, pois Trump pode decidir forçar a mão, sem acordo. E, em todo o caso, não foi para isso que os eleitores votaram.

Primeiro porque reduzir o custo dos medicamentos é uma resposta falaciosa à reivindicação do movimento operário de seguridade social pública financiada apenas por impostos (ao invés dos atuais planos privados

de saúde, pagos individualmente por cada trabalhador).

Segundo porque tanto Trump como sua oposição fizeram desta eleição um referendo sobre sua pessoa. Assim, os eleitores de Trump votaram [na candidatura supostamente “antissistema”] para se livrar de ambos os partidos, Democrata e Republicano. Paradoxalmente, o alto índice de participação nas eleições é uma expressão extremamente distorcida, da rejeição. Rejeição a Trump, pelos eleitores democratas, e rejeição aos dois partidos que governam os Estados Unidos há mais de um século, pelos eleitores republicanos.

Nem uns nem outros poderão ser satisfeitos por tal acordo.

Expectativa e greves de trabalhadores

Especialmente os trabalhadores, os sindicalistas que votaram nos democratas, esperam que as reivindicações levantadas pela corrente de Bernie Sanders, dos Socialistas Democratas da América (DSA), sobre a extensão da cobertura social e sobre a criação de um salário mínimo nacional, sejam satisfeitas. Mas, isso não poderá

ser feito pela nova maioria democrata na Câmara – cuja líder (Nancy Pelosi) já prometeu colaborar com Trump. Pois o Partido Democrata é, como o Partido Republicano, um partido da classe capitalista estadunidense.

Não por acaso, as greves continuam pelo país afora. Professores estão paralisados por recuperação salarial e também em defesa da escola. Oito mil assalariados dos hotéis Marriot estão atualmente em greve sob a palavra de ordem “um só emprego deve ser suficiente”, pois o baixo salário os obriga a ter vários. No início de novembro, vinte mil empregados da Google entraram em greve, protestando principalmente contra o prêmio concedido a um executivo demitido por assédio sexual. Os grevistas do Google, com salários relativamente altos, decidiram apresentar suas saudações fraternas aos trabalhadores em greve dos hotéis Marriot.

Publicado no jornal
Informações Operárias,
órgão do Partido Operário
Independente da França

Haiti: revolta popular ameaça derrubar o presidente

Jovenel Moise, cuja sustentação vem da embaixada dos EUA, está na corda bamba

Colocado no poder por meio de uma eleição realizada em 20 de novembro de 2016, sob controle dos Estados Unidos e da União Europeia, em que votaram apenas 25% dos eleitores, o presidente do Haiti, Jovenel Moïse, está na corda bamba.

No dia 6 de julho, seu governo anunciou um aumento no preço dos combustíveis, conforme exigia o FMI, mas recuou apenas 24 horas depois diante da furiosa reação popular. Daí em diante ficou ainda mais impotente para resolver a grave situação de crise social, econômica e política do país.

Em 18 de novembro (data nacional do Haiti, em que se comemora a vitória na Batalha de Vertières, em 1803, que deu fim à escravidão negra e à dominação francesa), milhares de pessoas saíram às ruas das principais cidades exigindo fora Jovenel Moïse e investigação e punição dos responsáveis por desvios de recursos do projeto Petrocaribe (programa do governo da Venezuela de fornecimento de petróleo a preços baixos e prazos de pagamento alongados que permitiria liberar recursos para investimentos em infraestrutura e



projetos sociais).

Investigações do parlamento haitiano apontaram mais de 15 ex-ministros, incluindo o ex-presidente Martely, do mesmo partido de Jovenel, como responsáveis pelo desvio de cerca de US\$ 3,8 bilhões desse programa. Mas até aqui eles não foram levados à justiça.

Repressão e greve geral

Uma repressão selvagem em 18 de novembro deixou cerca de 20 mortos

e dezenas de feridos e presos. Nos dias seguintes, a população atendeu maciçamente ao chamado para uma greve geral, com paralisação de todas as atividades do setor público e privado, bloqueio de ruas e novas manifestações com mais confrontos e mais mortos.

Tropas da ONU (não mais da Minustah mas agora Minujusth) passaram a dar apoio à polícia haitiana para conter as manifestações, enquanto a embaixada dos EUA, logo seguida

por alguns partidos de direita, soltou uma nota defendendo a “legitimidade democrática do governo”, pedindo “diálogo político” e saudando o “profissionalismo da Polícia Nacional (PNH) durante as ações de 18 de novembro e dias subsequentes”, ou seja, defendendo a repressão e a impunidade dos membros do governo.

As manifestações tem sido convocadas basicamente por três frentes: o chamado Setor Democrático e Popular, cuja maior força é o partido Fanmi Lavalas, do ex-presidente Aristide; a plataforma Ptit Dessalines, do ex-senador Jean-Charles Moïse; e um conjunto de organizações populares, sindicais e políticas, entre elas o Moleghaf (Movimento de Liberdade e Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade) no qual intervêm os militantes da seção haitiana da 4ª. Internacional.

Em comum, a busca de uma solução haitiana para a crise, sem ingerência estrangeira, e que só poderá ser resolvida com a saída de Jovenel Moïse da presidência e a retirada da Minujusth.

Rafael Potosí

França: encontro reúne 2.500 delegados

Agrupamento expressa amadurecimento da luta contra Macron

Nos anos de 1936 e 1945 a classe trabalhadora francesa realizou importantes mobilizações arrancando conquistas sociais históricas, como o sistema de proteção da seguridade social. Hoje, o governo Macron, como seus antecessores, todos subordinados às exigências da União Europeia, pretende abolir aquelas conquistas. Para isso atacam a democracia, tentam obrigar os sindicatos a convencer os trabalhadores que não haveria outra alternativa, o que provocaria sua destruição.

Para ajudar a organizar a resistência, visando a barrar essas contrarreformas e derrotar o governo, militantes políticos e sindicais de distintas origens constituíram, em outubro de 2017, o “Comitê Nacional de Resistência e Reconquista (CNRR), em defesa das conquistas de 1936 e 1945”.

No sábado, 10 de novembro, em Paris, 2.500 militantes operários, trabalhadores, jovens, parlamentares, participaram de um grande ato público organizado pelo Comitê. Estavam presentes membros do movimento França Insubmissa (de Jean-Luc Mélenchon), Partido Operário Independente (POI), PC francês, PS, sindicalistas de diversas centrais sindicais.

Representando essa diversidade, a mesa foi constituída pelo Comitê de Ligação do CNRR e mais 15 oradores. A seguir, trechos do manifesto adotado.

“Uma surda indignação cresce no país. Essa raiva tem uma origem: a política de destruição aplicada por Emmanuel Macron a serviço

do capital financeiro.

O alto comissário para a reforma da aposentadoria acaba de declarar: ‘Não é uma reforma da aposentadoria mas uma mudança de sociedade’. E o presidente do Medef (sindicato patronal, NdT) reforça: ‘É a mãe de todas as reformas’.

Todas as bases da civilização arrancadas pela classe operária, todas as conquistas sociais que neste país foram obtidas particularmente nos anos 1936 e 1945 devem ser inteiramente liquidadas. O conjunto dos direitos coletivos deve abrir espaço para uma individualização total, para implantar uma sociedade de indivíduos ‘uberizados’, superexplorados.

De um lado há um governo enfraquecido, em queda livre, cada vez mais isolado, mas que pretende aplicar sua política destruidora custe o que custar. De outro uma revolta que cresce e procura se unificar.

Justamente porque está enfraquecido, o governo quer neutralizar as organizações sindicais, associá-las a seus planos para aprovar as contrarreformas. Mas para dezenas de milhares de militantes operários que não aceitam essa política, é vital a preservação da independência dos sindicatos, para que eles possam cumprir seu papel. Essa é uma questão chave em toda a situação.

A crise mundial agravada por



Ampla reunião “Em defesa das conquistas de 1936 e 1945”

Trump, a marcha à desagregação da União Europeia, levam o pânico a todas as cúpulas. Agitando o espantanto da extrema direita, eles ousam dizer “somos nós ou o caos”.

Não! Os povos não são responsáveis pelo caos. A marcha à catástrofe é resultado das políticas exigidas pelo capital financeiro, por suas instituições internacionais, como a União Europeia, pelos governos a seu serviço. Os responsáveis são todos os dirigentes de esquerda que, igual aos de direita, continuam aplicando essas políticas sem parar e, por essa razão, são maciçamente rejeitados.

A imensa maioria da população não quer o caos. Ela quer preservar as bases da civilização, preservar as conquistas sociais e as conquistas democráticas, que são inseparáveis.

Reunidos em Paris, assumimos o compromisso de multiplicar reuniões em todos os locais para ajudar a agrupar todas as forças que resistem.

Vamos ajudar a estabelecer as bases de um plano de salvaguarda da civilização concentradas nas conquistas de 1936 e 1945.”

Correspondente

SAIU A REVISTA A VERDADE 98!

Já está disponível para os leitores a nova edição da Revista A Verdade, publicação teórica da 4ª Internacional.

Nessa edição está as notas elaboradas pelo Secretariado Internacional sobre a “Virada na situação mundial” analisando os desenvolvimentos da situação no mundo em 2018.

Também está presente um artigo de Devan Sohier sobre a situação do imperialismo dos EUA, os resultados dos congressos da Corrente Comunista Internacionalista do Partido Operário Independente francês, seção francesa da 4ª Internacional e do Partido Operário Socialista Internacionalista, seção no Estado Espanhol da 4ª Internacional e um registro de um debate com militantes da África.

Um dos destaques da edição é o dossiê “A atualidade da Greve Geral de 1968” com depoimentos de militantes operários e estudantes nas mobilizações revolucionárias de Maio-Junho daquele ano. Neste dossiê há a contribuição de Markus Sokol sobre o 1968 no Brasil.

Leia e ajude a divulgar.

Compre a sua com um colaborador de O Trabalho por R\$ 20,00.

“Expor aos oprimidos a verdade sobre a situação é abrir-lhes o caminho da revolução”, Leon Trotsky



A REVOLTA DOS COLETES AMARELOS: FORA MACRON!

O aumento no preço do combustível foi o estopim para a deflagração de um movimento inédito na França: o bloqueio de estradas, não por caminhoneiros, mas pela população em geral.

Começou no dia 17 de novembro, sábado, com mais de dois mil pontos de bloqueio espalhados pelo país, reunindo trabalhadores, jovens, aposentados, donas de casa, sindicalistas de base, desempregados, pequenos produtores rurais.

Eles vestiam o “gilet jaune” (colete amarelo), equipamento obrigatório em todo veículo para uso do condutor em emergências.

O sábado seguinte, 24, foi marcado por novos bloqueios e uma grande manifestação em Paris, recebida com bombas de gás lacrimogênio e jatos d’água.

Esse movimento expressa a raiva social acumulada diante da permanente retirada de direitos e destruição de programas sociais e serviços públicos que deixam ao abandono bairros e cidades inteiras.

Daí o pânico do governo que calunia os manifestantes chamando-os de “fascistas”. Em 27 de novembro, o presidente francês, Macron, apelou ao “diálogo” porém justificou a manutenção dos aumentos alegando que se destinam a financiar a produção de energias “não poluentes”.

Assine **O TRABALHO**

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo

Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br